Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

CONSELHO PEDAGÓGICO

DA ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL

ATA Nº 3 /2017

Aos vinte e sete dias de junho do ano dois mil e dezassete, pelas dez horas, reuniu na sala um ponto um da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE), o Conselho Pedagógico (CP), em reunião ordinária, convocada nos termos regulamentares e presidida pelo seu presidente, Professor Doutor João Reis, com a seguinte Ordem de Trabalhos (OT):

1. Apreciação da queixa de uma estudante do mestrado em Segurança e Qualidade Alimentar na Restauração.
2. Balanço da atividade letiva do 2.º semestre do ano letivo 2016-2017.
3. Atividades desenvolvidas pelas Comissões Especializadas do Conselho Pedagógico.
4. Outros assuntos.

Estiveram presentes os seguintes membros do Conselho: **Augusto** de Jesus Guedea de Melo **Correia** (AC), representante dos docentes do Curso de Gestão Turística – Regime Diurno; **Elsa** Maria da Conceição **Gavinho** (EG), representante dos docentes do Curso de Gestão do Lazer e Animação Turística – Regime Diurno; **Gilberto** Santo Cristo Soares da **Costa** (GC), representante dos docentes do Curso de Produção Alimentar em Restauração – Regime Diurno; **João** António dos **Reis** (JR), representante dos docentes do Curso de Gestão do Lazer e Animação Turística – Regime Pós-laboral; **Margarida** Maria do Vale Jordão Gonçalves **Soares** (MS), membro suplente de Maria Cristina de Carvalho dos Anjos, representante dos docentes do Curso de Informação Turística – Regime Diurno; Maria **Teresa** de Araújo Pereira da **Silva** (TS), representante dos docentes do Curso de Produção Alimentar em Restauração – Regime Pós-laboral; **Paula** Cristina Torres **Ramalho** Figueiredo (PR), representante dos docentes do Curso de Direção e Gestão Hoteleira – Regime Diurno; **Raul** Eduardo Bobone Ressano

Garcia (RG), representante dos docentes do Curso de Direção e Gestão Hoteleira – Pós-laboral; **Rita** Rodrigues Cacito **Espada** (RE), representante dos docentes do Curso de Gestão Turística – Regime Pós-laboral; **Catarina** Inês da Silva **Rosa** (CR); representante dos discentes do Curso de Produção Alimentar em Restauração – Regime Diurno.



Secretariou a reunião Adélia Amaral.

Todos os representantes dos discentes que não estiveram presentes na reunião justificaram ao presidente do órgão as respetivas ausências.

Participaram na reunião, por convite e sem direito a voto, a Provedora do Estudante, a Professora Doutora Maria José Pires, e a Associação de Estudantes da ESHTE, representada pelo seu Presidente, Rui Sousa.

A lista de presenças é parte integrante da presente ata, estando identificada como ANEXO I.

A reunião estava agendada para as nove horas e trinta minutos, mas só às dez horas foi possível assegurar *quórum*.

O Presidente cumprimentou os participantes e agradeceu a presença de todos os conselheiros, da Provedora do Estudante e do presidente da Associação de Estudantes.

Ponto 1: Apreciação da queixa de uma estudante do mestrado em Segurança e Qualidade Alimentar na Restauração.

No seguimento de uma recomendação da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) ao Presidente da ESHTE, datada de vinte e nove de maio de dois mil e dezassete, para que o CP aprecie formalmente a exposição apresentada pela mestranda Sara Isabel Alcântara Gonçalves a este órgão em nove de novembro de dois mil e dezasseis, na qual refere um conjunto de considerações que a impossibilitam de defender a sua dissertação no mestrado em Segurança e Qualidade Alimentar na Restauração, o Presidente do CP divulgou aos presentes na reunião os conteúdos dos *e-mails* trocados com esta estudante, nomeadamente, o esclarecimento que prestou em catorze de novembro de dois mil e dezasseis, no qual refere que o CP não contempla no seu Regimento, que deriva dos Estatutos da ESHTE, representantes dos docentes e discentes dos mestrados, de modo a possibilitar a apreciação da exposição recebida. Contudo, diligenciou junto

do Administrador da ESHTE para que a mestranda Sara Gonçalves obtivesse uma resposta à exposição efetuada.



O Presidente do CP informou os presentes na reunião que esta estudante, entretanto, foi sujeita a um processo disciplinar que está em curso. Mais informou que solicitou por *e-mail* à mestranda Sara Gonçalves, em vinte de junho de dois mil e dezassete, a propósito do agendamento desta reunião, que remetesse a este Conselho a informação que considerasse relevante, mas que não obteve resposta. Solicitou ao Professor Doutor Carlos Brandão, visado na exposição da estudante Sara Gonçalves enquanto seu orientador, que remetesse ao CP os argumentos considerados pertinentes para a apreciação do caso. Na resposta recebida, também partilhada com todos os presentes na reunião, o Professor Carlos Brandão esclarece que não estavam reunidas as condições para continuar a orientar a mestranda Sara Gonçalves, assunto tratado na reunião do Conselho Técnico-Científico de vinte e cinco de outubro de dois mil e dezasseis, e que face às graves ações por parte desta estudante, foi instaurado um processo disciplinar.

Após a análise e discussão da exposição apresentada pela mestranda Sara Gonçalves, os presentes na reunião consideram não existirem, de acordo com a informação conhecida, falhas pedagógicas no relacionamento entre orientador e orientanda. Assim, o Presidente do CP propôs que se procedesse a uma votação de uma recomendação ao Conselho Técnico-Científico da ESHTE, para que este órgão aprecie a exposição da estudante, atendendo às respetivas competências de designação de outro orientador, por indicação da Comissão Científica Executiva do Mestrado, sob proposta do mestrando (alínea b do art.º 23 do Regulamento dos Cursos de Mestrado da ESHTE), salvaguardando-se os resultados do processo disciplinar em curso.

A votação realizou-se por sufrágio secreto, por se tratar de uma deliberação relativa a uma pessoa, de acordo com o Regimento do CP. Resultou desta votação que os membros do órgão com direito a voto se expressaram unanimemente por esta recomendação ao Conselho Técnico-Científico.

O CP reconhece, novamente, a pertinência da proposta de alteração dos Estatutos da ESHTE aprovada neste órgão, em vinte e seis de outubro de dois mil e dezasseis, na qual se contemplava a representatividade dos docentes e discentes de todos os cursos da ESHTE.

2. Balanço da atividade letiva do 2.º semestre do ano letivo 2016-2017.



O Presidente apresentou a informação relativa à "First CLIL Experience at ESHTE" (ANEXO II), um projeto piloto que, no segundo semestre de 2016-2017, envolveu as seguintes quatro Unidades Curriculares (UC) lecionadas em inglês: Strategic Management (DGH, 3rd year), Events' Management (GT, 3rd year), Nutrition (PAR, 1st year) e Nutrition and Food Hygiene (DGH, 1st year).

Os resultados do questionário de satisfação revelaram-se muito positivos, com impactos benéficos nas experiências de aprendizagem, verificando-se igualmente um reconhecimento do potencial do projeto para discentes e docentes, através do reforço da competitividade da ESHTE no âmbito da internacionalização.

Entretanto, JR pediu aos colegas conselheiros que fossem transmitidas as falhas mais relevantes, de modo a realizar-se o balanço do segundo semestre do ano letivo de 2016-2017, apesar de este ainda não estar concluído.

Em síntese, foram reportados os seguintes problemas e/ou falhas, para além das muitas situações regulares:

- Elevado número de estudantes em algumas turmas;
- Horário semanal reduzido em algumas UC de língua estrangeira;
- A conselheira RE, em seu nome e no da colega Cristina Palma Conceição, enquanto docentes da UC de Seminário de Metodologia, alertam e solicitam as seguintes alterações: existência de uma única data de exame desta UC no calendário de exames de trabalhador estudante, uma vez que o Seminário de Metodologia, apesar de lecionado nos dois semestres, no plano de estudos consta no primeiro semestre, não se justificando as duas datas consideradas; e repartição equitativa dos exames ao Sábado pelas várias UC, atendendo a que os exames de Seminário de Metodologia recorrentemente são agendados para este dia da semana;
- Alguns docentes mencionaram que os estudantes, no horário entre as vinte e duas e as vinte e quatro horas, não se empenham e os resultados ficam prejudicados. Também foi referido que o horário das

oito horas da manhã em UC de Língua Estrangeira, no curso de Informação Turística, foi causa de problemas de rentabilidade, tendo sido igualmente referida a necessidade da melhoria da rede de transportes de acesso à ESHTE, designadamente para alunos que moram a grande distância;



- Foi referido que algumas saídas de campo, na área do estudo do Património Natural, trariam maior benefício para os alunos do curso de Informação Turística, se as mesmas pudessem ser integradas na organização da viagem realizada pelo terceiro ano, ao Centro e Norte do país;
- Foi mencionada a necessidade de existir uma remuneração consentânea com as atividades letivas no período noturno, em conformidade com a legislação em vigor;
- Existiram reclamações de estudantes dos cursos pós-laboral relativamente aos horários dos exames em período dos cursos diurnos;
- A alteração do prazo de inscrição dos estudantes nos exames, passando de até dois dias úteis antes do dia da prova, conforme aprovado no calendário escolar, para a véspera da mesma, assumida pelos serviços por determinação da Presidência da ESHTE, devido aos atrasos no lançamento das avaliações por parte de alguns docentes, entre outros motivos relacionados com dificuldades de pagamento da inscrição, devia ter sido objeto de informação aos docentes, de modo a evitar problemas no planeamento dos exames, nomeadamente no numero de enunciados a imprimir (desperdício de papel), na dimensão da(s) sala(s) de exame; no número de docentes envolvidos na vigilância e no tempo necessário para a avaliação;
- Referências a disparidades entre Programas, critérios de avaliação e testes de avaliação teóricos e práticos na mesma UC, quando lecionada por docentes diferentes nos regimes diurno e pós-laboral;
- Deficiente ventilação na sala 2.17;
- Foram referidas as seguintes deficiências relativas à informática: dificuldades de acesso à rede *wireless* em algumas salas de aulas, limitando a possibilidade de recorrer a ferramentas de trabalho *on-line* durante as aulas; a inscrição digital nas pautas de avaliação dos agendamentos das provas orais deve ficar assegurado aquando da

impressão das mesmas; necessidade de garantir nos PC das salas de informática a inacessibilidade à Internet, mantendo a ligação à rede interna, nomeadamente durante as avaliações; a existência de mais estudantes inscritos nas pautas de Recurso - Escrita do que nas pautas de Época de Recurso; necessidade dos grupos de *e-mail* criados para facilitar o contacto entre os docentes membros do CP e os seus representados devem ser atualizados em cada semestre, de modo a evitar que a comunicação seja realizada com docentes que não lecionam no curso para o qual estão a ser contactados e que alguns docentes que nele lecionam fiquem excluídos da lista de contacto;

- As turmas do projeto CLIL foram prejudicadas na elaboração dos horários;
- Na elaboração dos horários dos exames deve-se ter em consideração que existem UC com avaliação teórica e avaliação prática com intervalo entre ambas, e que deve ser salvaguardado que não devem ter início às vinte e duas horas, de modo a não se ultrapassar o horário de encerramento da Escola;
- Registaram-se dúvidas relativamente à necessidade de todos os elementos de avaliação continua terem de ser realizados até ao último dia de aulas. Embora se privilegie essa perspetiva, poderá haver a possibilidade de se realizarem momentos de avaliação contínua fora do período estipulado para aulas, tendo em conta a especificidade de determinadas UC, desde que acordados entre os discentes e os docentes e que não comprometam o tempo de estudo para o exame de recurso;
- A Provedora do Estudante mencionou que existem dívidas de multas a estudantes de valor muito reduzido, mas que são impeditivas de acesso ao sistema para inscrição nos exames;
- Necessidade de existir um regulamento com as normas metodológicas para as licenciaturas, idealmente comum aos mestrados. Neste sentido, seguindo uma recomendação da Presidência da ESHTE, o Presidente do CP ficou de propor no Conselho Técnico-Científico a criação de uma equipa conjunta para operacionalizar este regulamento, integrando também os docentes da UC de Seminário de Metodologia;

- Alguns estudantes faltam às aulas porque estão a participar noutras que ocorrem em simultâneo;
- Reafirmou-se a pertinência de existirem testes de avaliação do nível de língua, de modo a posicionar no início das aulas os estudantes consoante os conhecimentos;
- Foram reportados casos de indisciplina, principalmente nos estudantes dos cursos pós-laboral, bem como situações de plágio em trabalhos. A este propósito o Presidente do CP reiterou as diligências que tem tido junto da Presidência da ESHTE, para que o *software* anti plágio seja adquirido com a máxima brevidade;
- Existe a necessidade de a Escola ter em conta a avaliação das atitudes e comportamentos dos estudantes, em consonância com a Recomendação do Conselho Pedagógico aprovada em doze de setembro de dois mil e catorze 2014;
- Foi feita uma alusão a uma experiência muito positiva no curso de Informação Turística, realizada pela docente de Francês, Margarida Ferreira, que organizou um Atelier de Conversação semanal, como atividade extra não obrigatória que teve resposta muito positiva por parte dos estudantes;
- Foi referido que os alunos do segundo ano, do curso de Informação Turística, se ressentiram com o trabalho solicitado durante o semestre, embora assumam as próprias lacunas ao nível da gestão pessoal de trabalho;
- Existem estudantes que não utilizam o Acordo Ortográfico e alguns docentes com dúvidas se é obrigatório a sua aplicação na Escola. O Presidente do CP recordou que o Conselho Técnico-Científico aprovou uma deliberação no sentido de se cumprir o que está estipulado na lei em vigor, ou seja que toda a comunidade académica está vinculada à utilização do Acordo Ortográfico, independentemente de alguns docentes não concordarem com este;
- Foram reportadas situações em que os docentes impõem despesas adicionais aos estudantes para realizarem os trabalhos das UC, nomeadamente com a aquisição de informação que não é disponibilizada pela Escola, entendendo todos os conselheiros presentes que não se devem imputar custos condicionantes aos estudantes para a avaliação nas UC.

Atividades desenvolvidas pelas Comissões Especializadas do Conselho Pedagógico.

O Presidente solicitou aos coordenadores das Comissões Especializadas do CP para realizarem um ponto da situação. Neste sentido, os conselheiros JR, EG, RG e MS, enquanto coordenadores das Comissões Especializadas de Operacionalização de Regulamentos Académicos, de Responsabilidade Social e Ambiental, de Boas Práticas Ambientais e de Organização do Colóquio relativo à pedagogia inclusiva no Ensino Superior, respetivamente, esclareceram os restantes membros das ações que estão a ser desenvolvidas no âmbito das suas responsabilidades.

4. Outros assuntos.

O Presidente informou os conselheiros de que irá ocorrer durante este ano uma atividade inspetiva ao órgão por parte da IGEC, no âmbito do exercício das competências do CP relativas aos processos de apreciação e decisão de queixas dos estudantes. Toda a documentação solicitada foi, entretanto, disponibilizada ao gabinete jurídico para a encaminhar à IGEC.

A conselheira CR expôs uma questão da estudante Ana Rita Santos, sobre o seu processo de creditação de competências. A conselheira TS, que é a Diretora do Curso de PAR, esclareceu que a situação já foi encaminhada para o Conselho Técnico-Científico.

O Presidente do CP solicitou ao Presidente da Associação de Estudantes, Rui Sousa, esclarecimentos sobre as praxes a realizar no próximo ano letivo. Relembrou as recomendações aprovadas pelo CP e apresentadas à Presidência da ESHTE e à Associação de Estudantes, nomeadamente que as atividades associadas às praxes poderão ocorrer na primeira ou segunda semana de aulas, mas no período da tarde/noite, de modo a não perturbar o normal funcionamento das aulas. Informa-se, ainda, que no caso dos estudantes do primeiro ano, as aulas deverão ocorrer, maioritariamente no período da manhã.

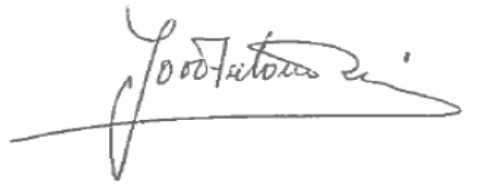
O Presidente da Associação de Estudantes argumentou que a Associação a que preside não tem responsabilidades na realização das praxes, uma vez que estas competem à Comissão de Praxes que não depende daquela Associação. Trata-se de uma Comissão eleita entre pares após a apresentação de candidaturas, não sendo um órgão da Escola. Por outro

lado, referiu que, apesar de atualmente acumular os cargos de Presidente da Associação de Estudantes e de responsável pela Comissão de Praxes, no início do próximo ano letivo deixará de ter responsabilidades nesta Comissão, sendo substituído por um dos estudantes Ricardo Sousa ou Augusto Ferreira. No entanto, referiu que a Comissão de Praxes está empenhada em que estas se realizem na segunda semana de aulas de manhã até às dezoito horas.

JR também relembrou a recomendação do CP para que as praxes não prejudiquem as aulas e que sejam incluídas atividades com componentes culturais, desportivas ou sociais, como forma mais enriquecedora de acolhimento e integração dos novos estudantes na ESHTE.

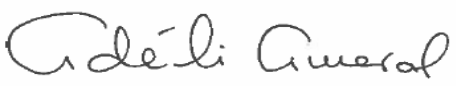
Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CP deu por encerrada a reunião às catorze horas e trinta minutos, da qual é lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada por todos os membros presentes, irá ser assinada pelo Presidente e pela Secretária do órgão.

O presidente do Conselho Pedagógico,



(João Reis)

A secretária do Conselho Pedagógico,



(Adélia Amaral)